



UM PALPITE SOBRE A IMIGRAÇÃO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS DE SÃO PAULO:

três décadas, duas perspectivas e uma cisão

Douglas de Toledo Piza*

Resumo Os estudos de imigração nas Ciências Sociais de São Paulo estiveram presentes desde a institucionalização do ensino superior. Não apenas nas pesquisas levadas a cabo no Estado, mas em todo o país, deve-se ressaltar a contribuição de Emilio Willems. Seu programa de pesquisa se firmou como um modelo a ser seguido ou uma perspectiva teórica, compreendidos nele a preocupação geral com a mudança cultural por meio da teoria da aculturação e os conceitos de assimilação e integração. Embora esse grande paradigma somente tenha vindo a ser substituído nas Ciências Sociais brasileiras a partir da década de 1970, com o surgimento de estudos ligados à etnicidade e ao pluralismo étnico, já na década de 1960 emerge uma perspectiva teórica alternativa, ainda preocupada com a mudança cultural, mas rejeitando a teoria da aculturação. Essa visão alternativa e crítica surge na Universidade de São Paulo, pelas mãos de Eunice Durham. O artigo advoga que essa ruptura é semelhante (e na verdade guarda causas em comum) à ruptura sofrida pelos “estudos de comunidade”, também introduzidos por Willems, mas contrastados com um modelo alternativo, por alunos de Florestan Fernandes, preocupados com o desenvolvimento da sociedade capitalista no Brasil e com a formação da sociedade de classes.

Palavras-chave Ciências Sociais de São Paulo; estudos de imigração; aculturação; assimilação; estudos de comunidades.

* Bacharel em Relações Internacionais e mestrando em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Atualmente, é professor universitário nos cursos de graduação em Relações Internacionais, Administração e Pedagogia, nas Faculdades Anglo-Americano de Foz do Iguaçu – FAA.

A HYPOTHESIS ABOUT IMMIGRATION IN SÃO PAULO 'S SOCIAL SCIENCES: THREE DECADES, TWO PERSPECTIVES AND A SPLIT

Abstract *There are studies about immigration in São Paulo's social sciences since its academic institutionalization. Not only in the researches made in the state, but also in all over the country, one must highlight the contribution of Emilio Willems. His research program has become a theoretic model or perspective to be followed, with the general awareness about cultural changes through acculturation theory and the concepts of assimilation and integration. Although this paradigm has only been substituted in Brazilian social sciences after 1970's decade and the appearance of studies related to ethnicity and ethnic pluralism, early as in 1960's decade there has emerged an alternative theoretic perspective, also concerning cultural change but rejecting acculturation theory. This critic and alternative vision arise at University of São Paulo, by the hands of Eunice Durham. The article advocates that this disruption is similar to (indeed it has common causes with) the disruption suffered in the field of "community studies", equally introduced by Willems but contrasted with an alternative model by Florestan Fernandes' students, concerning the class society formation and the capitalist society development in Brazil.*

Keywords *São Paulo's social sciences; immigration studies; acculturation; assimilation; community studies.*

INTRODUÇÃO: OS PRIMEIROS ESTUDOS DE IMIGRAÇÃO E UMA TENDÊNCIA À CONTINUIDADE

A tarefa de tentar rastrear os estudos de imigração nas Ciências Sociais (de que forma apareceram e para onde desaguaram) realizados no Estado de São Paulo começa com a observação do período subsequente à institucionalização do ensino superior e à criação das universidades na década de 1930. Logo na primeira década de vida das instituições universitárias paulistas – a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), fundada em 1933, e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP), em 1934 –, houve, em ambas, pesquisas focadas em comunidades¹ de imigrantes, sobretudo nos aspectos de aculturação

1 É preciso esclarecer, logo de partida, que o termo “estudo de comunidades imigrantes” não se refere aos “estudos de comunidade” no sentido que convencionalmente se lhes emprega. Para essa distinção, consultar Seyferth (2004, p. 31 e nota 39), em que a autora esclarece que, entre os pesquisadores que ganharam proeminência, apenas Ursula Albersheim analisou os imigrantes pela perspectiva teórico-metodológica dos “estudos de comunidade”. O uso do termo “estudo de comunidades (de) imigrantes” no artigo é preferível para indicar o teor dos estudos de imi-

e assimilação desses grupos. Ao longo das três décadas seguintes, até meados dos anos 1970, portanto, esses estudos apresentaram continuidades importantes em certos aspectos, embora se possam traçar dois grandes modelos distintos, nos quais se encaixam as pesquisas.

Há de se destacar a importância de Emilio Willems para a formatação dos estudos de comunidades imigrantes, predominantes nas Ciências Sociais até a década de 1970 não apenas em São Paulo, mas também em todo o Brasil (SEYFERTH, 2004, p. 07-08 e 33). O professor Willems lecionou tanto na ELSP quanto na USP, e, de modo geral, os principais estudos de imigração no Estado sofreram influências de seus trabalhos, senão diretamente de sua orientação. Este artigo se centra na análise das pesquisas sobre grupos de imigrantes feitas entre 1933 e 1973, por Willems, Egon Schaden (que também esteve ligado a ambas as faculdades e sucedeu Willems à frente da Antropologia uspiana), Hiroshi Saito (professor da ELSP e da Escola de Comunicação e Artes da USP), Eunice Durham e Ruth Corrêa Leite Cardoso (ambas alunas de Schaden, na USP, onde seguiram carreira acadêmica, como docentes e pesquisadoras). Com isso, pretende-se indicar os pontos de continuidade e mudança ao longo desses trinta anos de estudos.

A grande preocupação de Willems, que perpassa suas pesquisas, é a mudança cultural, porém isso não é exclusividade sua; ao contrário, perpassou todas as primeiras gerações das Ciências Sociais em São Paulo (PEIXOTO; SIMÕES, 2003, p. 388; SEYFERTH, 1988, p. 32). É o interesse pela mudança cultural que o faz desaguar primeiro nos estudos de aculturação dos imigrantes e, depois, nos “estudos de comunidade”. O ponto a assinalar aqui é que os estudos de imigração surgem nas Ciências Sociais por intermédio da teoria da aculturação e de todo o ferramental conceitual utilizado para estudar as comunidades de imigrantes, como assimilação e integração. Mais importante ainda: o grande mote da mudança cultural esteve sempre presente, nesses trinta primeiros anos de estudos sobre imigração, assim como as ideias de assimilação e integração, porém a rejeição da teoria da aculturação por Durham e Cardoso se reflete na interpretação de assimilação e integração em termos de mobilidade social e integração à sociedade de classes capitalista nacional, aproximando as pesquisas das autoras de abordagens mais propriamente uspianas e as apartando dos estudos de Willems ou de seus sucessores mais fiéis, Schaden e Saito.

gração dentro das Ciências Sociais, entre as décadas de 1930 e 1970, pois era a comunidade ou grupo que se estudava majoritariamente, em detrimento de, por exemplo, processos migratórios, emigração brasileira ou “etnicidade” (neologismo dos anos 1970 que se liga com a perspectiva do pluralismo étnico nos estudos de imigração).

WILLEMS, SCHADEN E SAITO: CONTINUIDADE FIDELÍSSIMA

Além de vários artigos publicados, dois livros de fôlego dão o tom da perspectiva willemsiana acerca das comunidades de imigrantes: *Assimilação e populações marginais no Brasil*, de 1940, e *A aculturação dos alemães no Brasil*, de 1946. Ambos foram publicados em São Paulo, sendo o segundo uma ampliação e um refinamento do primeiro, mas ambos se referem ao período em que Willems esteve em contato com comunidades de alemães e teuto-brasileiros.

Quando chegou da Alemanha, Willems primeiro esteve em Santa Catarina, entre os anos 1931 e 1935, e somente depois se mudou para São Paulo e para os meios universitários das Ciências Sociais paulistas. Há até mesmo quem julgue possivelmente circunstancial o interesse de Willems pela sociedade teuto-brasileira (SEYFERTH, 1988, p. 30)². Willems se apoia em fontes documentais para descrever o processo de aculturação, a assimilação e integração das populações estrangeiras e “marginais” – termo que para ele designa uma fase de transição entre as culturas do imigrante e a nacional.

Uma inovação teórica de Willems, entre a bibliografia brasileira, reside no conceito que adjetiva as populações e culturas marginais: marginalidade se caracteriza pela ambivalência de atitudes individuais em relação às duas culturas em contato (a imigrante e a nacional). A marginalidade revela a transitoriedade da situação intermediária do processo (contínuo) de assimilação³.

2 Seyferth é responsável pelos dois levantamentos bibliográficos sobre imigração no Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB): “Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia”, de 1988, e “A imigração no Brasil: comentários sobre a contribuição das Ciências Sociais”, de 2004. Como os títulos sugerem, aquele é mais específico do que este, pois se restringe às questões da imigração alemã. Contudo, não apenas os argumentos mais importantes, do ponto de vista deste artigo, encontram-se reiterados e mais detalhados no segundo trabalho como é suavizada neste a crítica dirigida a Willems, no artigo de 1988. No de 2004, a importância da perspectiva willemsiana acerca da aculturação de populações imigrantes (por ter feito água nas Ciências Sociais) é o ponto central de seu duplo argumento, que se completa com a ideia de que essa tradição apenas foi abandonada paulatinamente com a primazia conferida aos estudos que abarcavam o pluralismo étnico (transformado em valor positivo, na sociedade contemporânea). Com efeito, ideias como “Willems não conseguiu dar conta do processo histórico, nem da assimilação, nem da aculturação” (SEYFERTH, 1988, p. 31), que cedem lugar a outras como “as análises sobre a imigração alemã empreendidas por Willems, de certa forma, [que] constituem um ponto de partida: sem os compromissos do nacionalismo, realizou uma ampla pesquisa bibliográfica, à qual acrescentou sua vivência junto à população teuto-brasileira do Vale do Itajaí (SC), para produzir uma obra ancorada na literatura teórica sobre assimilação e aculturação oriunda da sociologia e antropologia cultural norte-americana” (SEYFERTH, 2004, p. 08-09).

3 A noção de marginalidade e a dimensão processual da mudança cultural chegam a Willems por duas fontes diferentes: por Everett Stonequist – autor de *The marginal man* – e William Thomas e Florian Znaniecki – pesquisadores, do domínio da psicologia social, da imigração de camponeses poloneses para Chicago, um dos maiores centros urbanos dos Estados Unidos e do mundo (SEYFERTH, 2004, p. 09).

São três pressupostos teóricos intercambiáveis de que Willems lança mão para explicar a mudança cultural de populações imigrantes marginais: assimilação, acomodação e aculturação. Assimilação se refere ao aproveitamento de atitudes novas relacionadas ao contato com novas culturas – o que compreende reajustamento de personalidade e conflitos de lealdade a duas culturas em confronto. Nas palavras de Seyferth (2004, p. 09):

Willems considera a assimilação uma espécie de processo de reajustamento coletivo a uma sociedade culturalmente diferente, implicando em mudanças de personalidade; portanto, o objeto do analista é o comportamento.

A acomodação é uma dimensão da assimilação para os ajustamentos transmitidos socialmente – a inspiração vem de Robert Park e Ernest Burgess. Já aculturação se define pelo contato direto de grupos de indivíduos de culturas diversas e as consequentes mudanças culturais de um ou mais deles – essa dimensão cultural da assimilação vem de Redfield, Linton e Herskovits (SEYFERTH, 2004, p. 09-10). Muito próximos entre si, cada um dos termos põe ênfase no indivíduo, na sociedade ou na cultura.

Quanto a Egon Schaden, pode-se dizer que foi um ferrenho defensor da teoria da aculturação. A Cadeira n. 49, criada por Willems, foi assumida pelo neto de alemães, que era seu primeiro-assistente antes disso. A defesa da aculturação aparece em toda a trajetória acadêmica de Schaden e foi mais forte na Antropologia indígena em que era especialista⁴.

Embora tenha se dedicado pouco aos estudos de imigração, é importante notar que, quando o fez – em *Aculturação de alemães e japoneses no Brasil* –, foi ainda mais fiel à perspectiva willemsiana sobre as comunidades imigrantes, sem se esquecer da questão (já presente em Willems) da ascensão social como fator motivador da aculturação (SEYFERTH, 1988, p. 18). De fato, o artigo (que é um balanço dos estudos realizados até então, inclusive o de sua coordenação conjunta com Willems, sobre os japoneses), de um lado, retoma o nome do alemão e sua contribuição ao “estudo sistemático de aculturação e assimilação dos imigrantes” e,

4 A tese de cátedra de Schaden, *Aculturação indígena*, foi um balanço dos principais estudos de aculturação realizados pela etnologia brasileira. Ali se encontra “uma crítica (um tanto benevolente) ao alcance explicativo da teoria da aculturação. Lida, hoje [1994], essa crítica pode ser interpretada também como uma defesa dessa teoria de contatos culturais que durante quase duas décadas reinou entre nós e que começava a ser demolida, principalmente, pelo estruturalismo de Lévi-Strauss” (BORGES PEREIRA, 1994, p. 253). Foi uma das últimas aplicações de vulto da teoria da aculturação, antes que o estruturalismo tivesse tomado todo o pensamento antropológico (BORGES PEREIRA, 1991, p. 02).

por outro, reafirma a pertinência do mesmo referencial teórico-metodológico para estudar as populações indígenas e outros grupos marginais (SCHADEN, 1956, p. 41).

Schaden se fundamenta em um sumário preparado pelo próprio Willems para salientar os pontos principais de seus estudos sobre as populações alemãs⁵. As condições ecológicas da colonização alemã ajudam a explicar o processo de assimilação: o regime de pequenas propriedades com economia familiar, ambiente com pouca necessidade de brasileiros e, assim, mais homogêneo culturalmente rendeu certa impermeabilidade dessa comunidade. Por outro lado, os artesãos alemães que foram à zona semiurbana, onde havia demanda por certos tipos de trabalhadores, logo se assimilaram (SCHADEN, 1956, p. 42).

São três os processos importantes para a assimilação: a urbanização e industrialização – pois alavancaram o contato e, até mesmo depois, a miscigenação – e a formação de classes sociais. Se os dois primeiros processos intensificam as chances de aculturação pelo contato, criando uma cultura híbrida (no caso, a teuto-brasileira), o último tende a se relacionar às vantagens da aculturação vistas pelos imigrantes.

Pelo fato de serem de origens étnicas diversas e de se unirem por uma solidariedade de classe sobreposta às diferenciações culturais, os componentes do proletariado tendem para a aculturação rápida, o que os aproxima da população dominante na vida política. Por seu turno, a classe média mais rural [...] revela maior resistência à aculturação (SCHADEN, 1956, p. 43).

Em sua visão, a aculturação dos japoneses é dificultada pelo conflito cultural mais estremado (distância racial, valorações etnocêntricas e fator histórico). Nunca teria havido, pois, uma cultura nipo-brasileira, híbrida, em vias de integrar-se completamente à cultura nacional. O contato com Donald Pierson e com a Sociologia de Chicago, após sua chegada na ELSP, fez com que Willems e Schaden rendessem maior atenção à ecologia dos japoneses em São Paulo: as condições gerais da imigração são definidas em termos de distribuição regional, da percentagem em relação aos nacionais, da espacialização rural-urbana e da mobilidade espacial, mas não apenas isso: os aspectos particulares da aculturação dos japoneses compreendem a aculturação linguística e outros aspectos da cultura material e não material, como alimentação, escolaridade e festividades.

5 Emilio Willems, “Zur sozialen Anpassung der Deutschen in Brasilien”, *Kolner Zeitschrift für Soziologie*, 1. Jahrg, Heft 3, S. 64-71; Köln-Opladen, 1948-49. Consultar Schaden (1956, p. 42 e nota 1).

Há um argumento presente nos trabalhos de Willems e Schaden sobre a propensão à aculturação, o qual passa pela formação de classes no interior da população imigrante: a aculturação é possível se houver diferenciação em base de estratificação social interior ao grupo. No caso japonês, a luta por ascensão não se desenvolve no interior da comunidade, e sim “por meio de competição com a população nacional, luso-brasileira e urbana”; e como resultado dessa configuração da comunidade japonesa, a “migração [rural-urbana] é também a mola principal para incentivar processos aculturativos e assimilatórios” (SCHADEN, 1956, p. 45). A aculturação de japoneses requer tempo e algumas gerações⁶. A de alemães e de japoneses teve diferenças em função de situações histórico-ecológicas distintas que facilitaram, em um caso, e dificultaram, no outro, soluções transitórias. Em ambos os casos, no entanto, a luta por *status* na comunidade nacional alavancou o processo de integração, sendo o domínio da língua portuguesa e o bilinguismo os fatores iniciais e mais emblemáticos de tal processo (SCHADEN, 1956, p. 46).

Talvez um nome desponte entre os pesquisadores da imigração japonesa: Hiroshi Saito. Japonês emigrado ao Brasil, ele foi um informante da investigação de Willems, Schaden e dos alunos da USP, coordenados por eles (SCHADEN, 1956, p. 41; NOGUEIRA, 1984, p. 447). Willems havia trabalhado com documentação histórica (jornais, revistas e almanaques) e observação empírica, nos estudos sobre a comunidade alemã; em São Paulo, desconhecendo a cultura e as chaves de acesso à comunidade japonesa, preferiu lançar mão de inquéritos (SCHADEN, 1950, p. 76). Por meio desse método de pesquisa, aproximou-se de um informante curioso e prestativo: Saito. Ele decidiu se matricular no bacharelado da ELSP, onde foi aluno de Piersons e Willems. Suas pesquisas seguem à risca a cartilha de seus mestres e, entre suas contribuições, despontam, entre outras, *Shindô-Renmei: um problema de aculturação* (sua primeira publicação, com Willems), a organização do Painel Nipo-Brasileiro, de 1958, e do Simpósio de 1968, comemorativo do sexagésimo aniversário da imigração nipônica (NOGUEIRA, 1984, p. 448).

Outra contribuição sua de peso foi a organização de artigos, juntamente com Takashi Maeyama, publicada em 1973. A importância dessa obra é que, mais de trinta

6 Já Willems teria distinguido entre as diferenças raciais, culturais e de classe social no processo de miscigenação, segundo relata Schaden (1950, p. 77). Em *Aspectos da aculturação dos japoneses no Estado de São Paulo*, o pesquisador alemão teria coletado indícios de preconceito racial, mas a grande diferença impeditiva da miscigenação era a cultural: a organização da família japonesa e o afastamento dos indivíduos de sexos opostos. O *status* social relativamente baixo do caboclo brasileiro teria posto obstáculos ao casamento com indivíduos de classe social mais baixa (SCHADEN, 1950, p. 77-78).

anos depois da primeira obra de Willems acerca da aculturação de imigrantes, ela retoma e renova a proposta original do precursor alemão (MAEYAMA; SAITO, 1973, p. 7)⁷.

DURHAM, CARDOSO E UMA CONTINUIDADE CRÍTICA (OU: E UMA CRÍTICA ABRANGENTE)

Eunice Durham fez seus estudos entre 1961 e 1964, na FFCL-USP, sob orientação de Schaden. Sua dissertação de mestrado, *Assimilação e mobilidade: a história do imigrante italiano num município paulista*⁸, contém uma crítica explícita à teoria de aculturação. A tese de doutorado de Ruth Cardoso, *Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo*, defendida em 1972, dá prosseguimento à perspectiva alternativa defendida por Durham, sua orientadora, mas de maneira tácita. Muitas das críticas mais claras das autoras podem ser vistas nas diversas resenhas publicadas no primeiro decênio da Revista de Antropologia. Essa cisão com relação à perspectiva vigente, embora com ela guarde similitudes, representa um modelo alternativo de estudos de comunidades de imigrantes em contato cultural com a sociedade nacional. Influenciada por George Foster, essa perspectiva alternativa encerra por privilegiar a zona urbana como foco de mudança e observar as “consequências amplas da integração de comunidades relativamente isoladas numa economia de mercado” (PEIXOTO; SIMÕES, 2003, p. 397). Não se deve esquecer que as autoras foram as precursoras,

7 Talvez este seja o momento oportuno para um comentário sobre o panorama traçado por Giralda Seyferth, na BIB do primeiro semestre de 2004. A autora relembra o trabalho de Maeyama e Saito como um dos principais sobre “assimilação e mobilidade”. Longe de contestar sua afirmação, faz falta ao leitor atento uma atenção dedicada à dissertação de mestrado de Eunice Durham, cujo título se compõe exatamente por aquelas duas palavras, assimilação e mobilidade. Na verdade, Seyferth, ao centrar seu balanço bibliográfico sobre a imigração no Brasil, exclusivamente no trabalho pioneiro de Willems e em seus seguidores, de um lado, e em estudos ao redor da etnicidade, de outro, passa ao largo da discussão (essencial a este artigo), proposta por Durham e Ruth Cardoso, sobre uma nova versão, alternativa, de estudo de assimilação. Certamente, os trabalhos de ambas as autoras merecem espaço não apenas pela magnanimidade de seus escritos, mas, especialmente, porque estabelecem um modelo paralelo de estudo de assimilação e mobilidade, que se fincou com vigor nos preceitos da Sociologia uspiana de sua época. Seyferth apenas comenta um artigo de Cardoso, quando lembra que já Willems indicava a ascensão social como propulsora da aculturação ou assimilação, mas não trata de sua tese de doutorado, nem assinala sua divergência teórica da perspectiva willemsiana. Ela diz: “[Cardoso] abordou as associações juvenis de nisseis (segunda geração de imigrantes japoneses) em São Paulo, destacando seu papel integrativo, sua importância no contexto da mobilidade social ascendente e sua atuação ante as mudanças impostas pela aculturação” (SEYFERTH, 2004, p. 18).

8 O subtítulo aparece na folha de rosto do livro publicado pelo Instituto de Estudos Brasileiros. Na capa não consta subtítulo nenhum; na contracapa aparece *A história do imigrante italiano numa comunidade paulista*. O município em questão é Descalvado, oeste paulista, marcado por expansão cafeeira e imigração.

no momento seguinte, da Antropologia urbana e da aventura de etnografar (n)as cidades (PEIXOTO; SIMÕES, 2003, p. 402).

Em linhas gerais, a proposta dessa Ciência Social propriamente uspiana – ambas as autoras, ao contrário de Willems, Schaden e Saito, fizeram carreira apenas na USP; e, mais importante, atinaram-se aos temas amplos do grupo de Florestan Fernandes e dos estudos que evoluíram a partir disso – procurava explicar a mudança cultural por meio das características da sociedade mais ampla e de seu desenvolvimento socioeconômico (PEIXOTO; SIMÕES, 2003, p. 397). Com efeito, o desenvolvimento da sociedade capitalista e a formação da sociedade de classes no Brasil, certa ótica da modernização brasileira, foi marca indelével dos pensadores que passaram pelas mãos de Fernandes e estiveram mais próximos das obras de Celso Furtado e, especialmente, Caio Prado Júnior.

Durham começa seu trabalho explicitando que os imigrantes italianos e seus descendentes estão “aculturados” e, em seguida, explica sua conceituação e filiação teórico-metodológica: aculturação não se refere à “teoria da aculturação”, mas sim a um dos três processos que correspondem à “absorção completa” de que fala Eissenstadt, ao lado de dispersão étnica (espraiamento por todas as esferas da sociedade local) e ajustamento individual (DURHAM, 1966, p. 03-04 e nota 1). A pesquisadora prefere denominar como assimilação a confluência dos três processos, em vez de absorção, mas também aí há uma crítica dirigida (nomeadamente) a Willems, pois ela explicita que não quer designar “mudança do sistema de atitude”, e sim a fase final dos três processos assinalados antes.

A teoria da aculturação lidaria com uma dualidade básica, a qual Durham não invalida. De um lado, a noção de “transmissão cultural em processo”, herdeira dos estudos de difusão cultural americanos; e, de outro, a ideia de integração cultural em termos psíquicos de referência individual. A crítica que faz à teoria da aculturação (para o que se dirige textualmente, uma vez mais, a Willems) não nega a noção de aculturação, mas reclama dessa perspectiva a possibilidade de não se restringir à análise dos fenômenos em âmbito estritamente local. Seu objetivo é analisar as conexões entre aspectos socioculturais para compreender a mudança cultural e a assimilação à sociedade local.

As críticas que os antropólogos vêm formulando em relação a essa abordagem têm sido principalmente no sentido de atribuir importância crescente aos aspectos socioeconômicos e de procurar estabelecer, nesse nível, as conexões causais e funcionais que explicam as transformações culturais (DURHAM, 1966, p. 05).

Em suma, Durham advoga que “Descalvado não é um sistema isolado” e que é, portanto, necessário compreender a mudança cultural ali ocorrida a partir de

algo próximo dos “níveis de integração sócio-cultural” de Julian Steward (DURHAM, 1966, p. 05-06). O mesmo vale para Ruth Cardoso. Aliás, fora ela própria quem resenhou o livro famoso de Steward – *Theory of culture change* –, louvando seu método, segundo ela, capaz de dar conta da aculturação (no sentido assinalado por Durham, de parte constitutiva da assimilação ou absorção completa), com ênfase na mudança e em outros processos sociais de “sociedades complexas”, em contexto de urbanização (PEIXOTO; SIMÕES, 2003, p. 388).

Tanto Durham quanto Cardoso abrem seus escritos explicando as condições econômicas da lavoura paulista, narrando a modernização das técnicas produtivas, a capitalização das fazendas, a nova estratificação social emergente e a complexificação da sociedade em que se inserem os grupos imigrantes. Em seguida, passam a explicar a assimilação em termos de mobilidade social e as maiores chances de realização de ascensão com a urbanização. Ambas ressaltam o aproveitamento de aspectos culturais da organização familiar e social dos grupos imigrantes para o processo de ascensão social e completa assimilação (DURHAM, 1966; CARDOSO, 1972).

Certamente, há algumas mudanças importantes entre as perspectivas abertas por Willems ou Durham, quando se comparam os artigos sobre imigrantes alemães e japoneses, ou, como ilustram Peixoto e Simões, sobre as diferenças e semelhanças das pesquisas da ELSP e da FFLC. Há uma “fricção intertextos” (PEIXOTO; SIMÕES, 2003, p. 398). Contudo, também isso deve ser relativizado. Afinal, conforme já assinalado, Willems e Schaden enfrentaram questões ligadas à estratificação social, mais precisamente a criação de classes modernas típicas da sociedade capitalista, como fator de assimilação. Além disso, tinham definido industrialização, urbanização e a formação de classes sociais – três palavras mágicas no vocabulário conceitual de onde saem os paradigmas de Durham e Cardoso – como os processos pelos quais se explicaria a assimilação. A seguinte frase de Schaden poderia ser encontrada, ou ao menos algo similar, no trabalho de Cardoso: a aculturação dos japoneses é, assim, um problema de uma ou duas gerações; incrementa-a a competição por um *status* na sociedade nacional, competição em que o nipão recorre ainda a valores de sua cultura tradicional e que não se resumem, mas encontram uma de suas mais significativas expressões no apreço que à escola e ao estudo livresco dispensa a tradição japonesa (SCHADEN, 1956, p. 45).

Há de se contextualizar a crítica de Durham e Cardoso para bem compreendê-la. Ela é mais abrangente do que uma proposta de renovação da teoria da aculturação aplicada aos estudos de comunidades imigrantes. É uma crítica geral que brota de dentro do grupo de Florestan Fernandes contra toda a tradição da teoria da aculturação e recai, especialmente, nos “estudos de comunidade” levados

a cabo por Willems: “é da USP justamente que provêm muitas das objeções teóricas e metodológicas aos ‘estudos de comunidade’ e, por extensão, aos estudos de ‘aculturação’” (PEIXOTO; SIMÕES, 2003, p. 393)⁹.

Uma das publicações que confere voz a essa crítica é a de Maria Sylvia Carvalho Franco. Seu *Estudo sociológico de comunidades*, citado por Durham sobre a necessidade de considerar as “relações com a sociedade mais ampla” (DURHAM, 1966, nota 1), de 1963, refere-se ao debate, intelectual e político, de intervenção da ordem social. A comunidade relativamente isolada é um local estratégico de compreensão do processo de modernização, pois elementos de resistência e mudança se encontram lado a lado. No entanto, seria necessário abandonar as modalidades clássicas da realização dos estudos de comunidade. Nas comunidades pequenas, segundo ela, não apenas as condições socioeconômicas podem ser privilegiadamente observadas – algo para o quê Willems já havia atentado –, mas também, ou melhor, principalmente, a integração delas com as condições econômicas (FRANCO, 1963, p. 30).

Em vez de se delimitar precisamente a unidade, despi-la de seu contexto imediato, traçando o “quadro o mais completo possível”, ela se apoia em “situações mais ou menos raras” para explicar como as comunidades isoladas foram se integrando paulatinamente ao sistema capitalista (FRANCO, 1963, p. 33 e 34).

Os principais intelectuais das Ciências Sociais uspianas, alguns deles muito ligados a Willems, criticam seus estudos de comunidade e demarcam seu afastamento deles (JACKSON, 2009, p. 184). Isso acontece até mesmo por parte de Gioconda Mussolini, sua assistente mais próxima, com quem havia levado a termo um estudo de comunidade na Ilha de Búzios. Do ponto de vista teórico-metodológico, as críticas são feitas no sentido de demonstrar a inocuidade teórica e a validade desses estudos como método, para o qual é mister revestir de teoria. Esse é o tom da crítica de Florestan, por exemplo, que defende a análise macrossociológica, pela qual a história do Brasil é entendida como parte do movimento de expansão capitalista ou, ainda, a direção comum das reações de Franco, Durham e Cardoso, retomando a validade empírica e metodológica dos estudos desses grupos de

9 Não está no escopo deste artigo demonstrar as fronteiras, os interstícios e as sobreposições dos “estudos de comunidades” e dos estudos de comunidades de imigrantes. No entanto, essas questões perpassam todo o texto, na medida em que se advoga que a crítica feita à teoria de aculturação e aos “estudos de comunidade” se relacionam. Vale lembrar que, segundo Borges Pereira, ao tratar a imigração alemã no Brasil, Willems se vale da teoria da aculturação, a partir da tríade temática composta por etnia, vida rural e comunidade. Estes últimos dois temas, vida rural e comunidade, tornaram-se o cerne dos “estudos de comunidade” que o próprio Willems introduziu às pesquisas brasileiras (BORGES PEREIRA, 1994, p. 250).

população, mas urgindo pelas conexões com a sociedade moderna, da qual faz parte a unidade estudada.

Do ponto de vista histórico, as críticas apontam para o protagonismo dessas populações isoladas ou marginais no processo de formação socioeconômica do Brasil, como indicam Sérgio Buarque de Holanda ou Caio Prado Júnior (este último se vale de todos os demais argumentos).

Se o argumento vale para dizer que a crítica aos estudos de aculturação das comunidades de imigrantes é mais ampla do que isso, referindo-se no plano acadêmico mais dilatado como crítica à perspectiva de mudança cultural de Willems e aos estudos de comunidade por ele realizados, vale, então, ressaltar que a mesma crítica revela uma contestação ainda mais geral, de cunho político. Sob pena de parecer um esquema demasiado dicotômico, que opõe USP e ELSB, cada qual de um lado do espectro político-ideológico (cuja atenuação já fora beneficiada por Peixoto e Simões, 1993, p. 388), cabe lembrar que a Escola de Chicago era vista como conservadora, e essa imagem era projetada em Donald Piersons e na ELSB, vinculando Willems a esse cesto não apenas por maiores afinidades teóricas, mas também pela filiação acadêmica dupla, entre ambas as instituições.

A crítica geral de falta de posição teórica firmemente definida nos trabalhos de Willems pode ser lida como o rechaço por parte da ala dos que apostavam suas fichas na modernização do país, que alcançaria as comunidades tradicionais, da ideia do isolamento e valorização da organização social local.

CONTINUIDADES E RUPTURAS ENTRE AS DUAS PERSPECTIVAS

À guisa de conclusão, resta cumprir duas tarefas, ambas explicativas da grande tarefa inicial de compreender a entrada, a consolidação e as ramificações dos estudos de imigração nas Ciências Sociais em São Paulo. Primeiro, apontar sinteticamente os pontos de continuidade e de ruptura. Segundo, recobrar o argumento central, a essa altura mais claro, da crítica feita à perspectiva de Willems sobre as comunidades de imigrantes, que abre fila para um modelo alternativo.

A luz da *mudança cultural* orientou as pesquisas durante todo esse período (apenas se esvanecendo com a valoração moral do pluralismo étnico e cultural e a emergência da etnicidade a partir dos anos 1970). A ideia de *assimilação* esteve, assim, presente em todos os autores, nessas três primeiras décadas, mas seus significados eram matizados para cada uma das perspectivas, porque o desenvolvimento da sociedade capitalista no Brasil e a modernização brasileira estão na base da motivação intelectual do projeto alternativo, e a ênfase no concernente à

assimilação e integração de imigrantes recai sobre as oportunidades e capacidades de *mobilidade social*.

A ascensão social é vista como uma *proxi* da integração: basta ver os títulos¹⁰ dos trabalhos de Durham e Cardoso, que privilegiam a mobilidade.

Conforme já assinalado por Peixoto e Simões, a própria *concepção de Antropologia* para uma e outra gerações é distinta: o formato paulista – sobretudo uspiano – das Ciências Sociais concebe uma Antropologia mais próxima da Sociologia, e as autoras são expoentes nacionais da consolidação de uma “Antropologia das sociedades complexas”; enquanto certa “divisão do trabalho” põe os pesquisadores estrangeiros (e inclua-se aí Schaden) mais próximos aos temas indígenas e aos estudos de comunidades isoladas da sociedade “complexa” (PEIXOTO; SIMÕES, 2003, p. 390-392).

A introdução da questão da ascensão social e de formação de classes sociais é um forte elemento de continuidade, como assinalado. O curioso é que, imbuídas do projeto renovador por elas próprias proposto e no afã de marcar a distância entre suas pesquisas e as de seus antecessores, Durham e Cardoso não se preocupam em indicar a já vasta tradição aberta por Willems e Schaden. Aliás, Seyferth assinala bem a pertinência da estratificação e mobilidade social em Willems, e é nesse momento que, exclusivamente, comenta os trabalhos de Schaden e Cardoso, acentuando a persistência desse eixo temático.

A ideia da dicotomia entre o projeto de Willems e Schaden beirando o encapsulamento, de um lado, e o de Durham e Cardoso sensível às transformações da modernização capitalista brasileira, de outro, ajuda apenas a obliterar a continuidade da formação de classes sociais e a mobilidade como um elemento explicativo central em todas as análises.

Finalmente, o que este artigo quis demonstrar foi que os estudos de imigração nas Ciências Sociais paulistas podem ser flagrados a partir de dois modelos distintos, um preconizado por Willems e seguido de perto por Schaden e Saito e outro adiantado por Durham e reiterado por Cardoso. Na verdade, o segundo modelo se cindiu do primeiro ao confrontar algumas de suas premissas; notadamente, a teoria da aculturação. Essas duas perspectivas teóricas apresentam elementos de continuidade, cada qual pondo mais ênfase em uns ou outros. Em

¹⁰ Os títulos das publicações dos cinco autores revisados são reveladores. Combinando quase sempre dois dos termos na sequência apresentada – marginalidade, aculturação, assimilação e mobilidade –, nunca Willems, Schaden ou Saito usaram a palavra mobilidade, tampouco Durham e Cardoso utilizaram marginalidade e aculturação. Essa mesma sequência aponta para certa evolução (no sentido cronológico, apenas) dos paradigmas teóricos que orientavam os primeiros estudos de imigração em São Paulo.

linhas gerais, mantém o problema da assimilação, pensada primeiro em termos de reajustamento psicológico diante da aculturação e da formação de culturas híbridas e, depois, em termos de mobilidade social e ascensão dentro da sociedade capitalista complexa.

Os elementos de ruptura, porém, demonstram um contraste entre as duas perspectivas muito semelhante ao contraste que se operou nos “estudos de comunidade”. Brotam, assim, nos estudos de imigração, tal como havia sido em relação aos estudos de comunidade, dois programas teóricos que também são refletidos nas diferenças acadêmicas e políticas – a despeito de toda a complementaridade – entre ELSP e USP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORGES PEREIRA, João Batista. Lembrando Egon Schaden. *Jornal da USP*, São Paulo, p. 2, 13 out. 1991.
- . Emilio Willems e Egon Schaden na história da Antropologia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 249-253, 1994.
- CARDOSO, Ruth C. L. *Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo*. 199 p. 1972. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.
- DURHAM, Eunice. *Assimilação e mobilidade*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1966.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. O estudo sociológico de comunidades. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 11, n. 01 e 02, p. 29-39, 1963.
- JACKSON, Luiz Carlos. Apresentação: uma defesa da comunidade. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 183-185, 2009.
- MAEYAMA, Takashi; SAITO, Hiroshi. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis/São Paulo: Vozes/Edusp, 1973.
- NOGUEIRA, Oracy. Hiroshi Saito: 1919-1983. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 27 e 28, p. 447-449, 1984/85.
- PEIXOTO, Fernanda Arêas; SIMÕES, Júlio Assis. A Revista de Antropologia e as ciências sociais em São Paulo: notas sobre uma cena e alguns debates. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 384-409, 2003.
- SCHADEN, Egon. Recentes contribuições à antropologia brasileira. *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Pública Municipal de São Paulo*, São Paulo, v. 14, p. 75-84, 1950.

- _____. Aculturação de alemães e japoneses no Brasil. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 41-46, 1956.
- SEYFERTH, Giralda. Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia. *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 25, p. 03-55, 1988.
- _____. A imigração no Brasil: comentários sobre a contribuição das Ciências Sociais. *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 57, p. 07-47, 2004.